

REGULAMENTO

ORÇAMENTO

PARTICIPATIVO

DE REFOJOS DE BASTO,

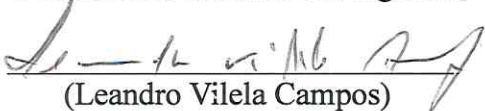
OUTEIRO E

PAINZELA

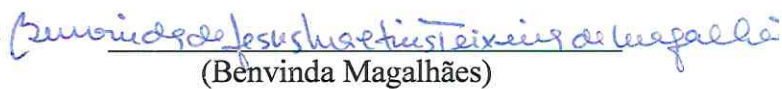
Aprovado em reunião de Executivo da Junta de Freguesia no dia 29 de março de 2018

Aprovado em reunião de Assembleia de Freguesia no dia 20 de abril de 2018

O Presidente da Junta de Freguesia,


(Leandro Vilela Campos)

A Presidente da Assembleia de Freguesia,


(Benvinda Magalhães)

Artigo 1.º

OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo (OP) é um processo que visa envolver a participação da população da Freguesia na tomada de decisões e na gestão de parte dos recursos públicos disponíveis. Promove-se assim o exercício de uma cidadania ativa, uma maior transparência e um reforço da qualidade da democracia.

O OP é ainda uma forma dos cidadãos poderem ver concretizados os seus projetos, contribuindo deste modo para uma mais eficaz gestão e qualidade de vida da Freguesia que corresponda aos anseios daqueles que ali vivem e trabalham.

O OP vai ao encontro do espírito da Constituição da República Portuguesa que no capítulo III, artº 48, estabelece que *“todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos”*.

Artigo 2.º

PRINCÍPIOS GERAIS

A adoção do OP inspira-se nos valores da democracia participativa, de acordo com o artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa, que se entende como a criação e valorização de formas e meios de interação entre os cidadãos e os representantes políticos, tendente a construir um processo deliberativo de larga base social.

Artigo 3.º

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMÁTICO DO OP

O âmbito do Orçamento Participativo é o território da Junta de Freguesia de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela e abrange todas as áreas de competência desta Junta de Freguesia.

Artigo 4.º

A VERBA DO OP

A parcela da verba do Orçamento Participativo a aprovar para o ano de 2018 é de €5 000 (cinco mil euros), a destinar a um número de projetos a definir até completar a verba sendo que no limite cada projeto será €2 500 (dois mil e quinhentos euros) para cada um.

A codecisão é a partilha da decisão entre o executivo e os cidadãos: são os cidadãos que decidem diretamente quais os projetos a incluir na proposta de Orçamento e Plano de Atividades da Junta de

3
Zanfel

Freguesia, até ao limite da parcela definida para o Orçamento Participativo.

O executivo compromete-se a dar seguimento ao projeto mais votado até ao limite da verba aprovada para o OP.

Artigo 5.º

OS PARTICIPANTES

O Orçamento Participativo destina-se apenas a associações, grupos, empresas que se relacionem com a Freguesia de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, sendo que o responsável pela candidatura seja residentes, estudantes ou trabalhadores e também representantes das forças vivas, como instituições de âmbito cultural, social, desportivo e o comércio local, desta Freguesia.

Artigo 6.º

AS PROPOSTAS

1. As propostas devem ser apresentadas mediante preenchimento de um formulário próprio (Anexo I), que será disponibilizado em suporte de papel nos Edifícios da Junta de Freguesia de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela ou enviadas para o email: frefojosouteiropainzela@hotmail.com.

3. Não são consideradas as propostas entregues por outras vias.

4. As propostas podem referir-se, nas áreas de competência da Junta, a investimentos, manutenções, programas ou atividades.

5. As propostas devem inserir-se numa das seguintes áreas temáticas:

- Ação Social;
- Habitação e Reabilitação Urbana;
- Espaço Público;
- Ambiente e Espaços Verdes;
- Educação e Juventude;
- Comércio local;
- Infraestruturas Viárias, Trânsito e Mobilidade;
- Desporto;
- Cultura;
- Higiene Urbana.

6. As propostas devem indicar de modo claro o que se pretende ver executado e o local, para posterior análise e orçamentação, uma vez que pode não ser possível aos serviços da Junta efetuarem a sua adaptação ao projeto.

7. As propostas devem mencionar os objetivos, os destinatários e os benefícios para a população do investimento público.

8. Cada participante apenas pode apresentar uma proposta. Se no texto de apresentação existirem

várias, apenas a primeira será considerada.

9. Como parte da valorização das propostas, podem ser anexas fotos, mapas ou plantas de localização, assim como a possibilidade das equipas técnicas poderem reunir e escutar o proponente, para perceber como pensaram, os motivos e as linhas básicas da proposta, para que esta possa ser bem entendida pelos técnicos e a sua valorização seja mais ajustada à realidade.

10. A semelhança do conteúdo das propostas ou a sua proximidade a nível de localização poderá originar a integração de várias propostas num só projeto.

11. Uma vez instruído pelas equipas técnicas, a proposta é apreciada pelo Órgão Executivo.

14. Critérios de seleção:

- a. Análise da componente legal;
- b. Proposta mais solicitada pelos munícipes (caso haja mais que uma);
- c. Abrangência demográfica e/ou setorial (n.º de pessoas ou grupo funcional a que se destina);
- d. Proposta concreta de realização;
- e. Carência de equipamento (inexistência de respostas/projetos desta natureza);
- f. Equidade da medida proposta;
- g. Inovação, substituição ou desempenho de atividades e programas.

15. Depois de aprovado pelo Órgão Executivo as propostas de investimento são apresentadas publicamente, antes de poderem passar à fase de projetos cabimentáveis.

9. Não é obrigatório que os projetos sejam uma transcrição das propostas que lhe deram origem. Há propostas que, para terem condições de execução, poderão necessitar de ajustes técnicos por parte dos serviços da Junta.

10. Não se consideram válidas as propostas que, por exemplo, configurem pedidos de apoio em dinheiro, subsídios ou venda de serviços a entidades concretas; sejam demasiado genéricas ou muito abrangentes; não respeitem os requisitos técnicos exigidos por lei.

Artigo 7.º

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. A Junta de Freguesia compromete-se a fazer uma análise técnica de todas as propostas recebidas, segundo os parâmetros definidos.

2. As propostas não aceites para transformação em projeto, serão devidamente justificadas e comunicadas aos cidadãos proponentes, podendo estes apresentar reclamação na sede da Junta de Freguesia.

3. A Equipa do Orçamento Participativo compromete-se a esclarecer as questões colocadas pelos cidadãos.

Artigo 8.º

A VOTAÇÃO

- 1.A enumeração das propostas será feita por ordem cronológica, tendo como referência o número de registo de entrada, e será apresentada com o nome atribuído ao projeto pelo proponente.
- 2.Cada pessoa só poderá votar uma única vez, numa única proposta, através dos mecanismos a definir em cada ano, em cada processo.
- 3.Depois de apurados os resultados é publicada a lista de classificação dos projetos.
- 4.Serão colocados a votação todos os projetos decorrentes de propostas dos cidadãos previamente consideradas elegíveis.

Artigo 9.º

PRESTAÇÃO DE CONTAS

No final do processo será elaborado um relatório de avaliação global e disponibilizado, para consulta dos cidadãos, na sede da Junta.

Artigo 10.º

ESCLARECIMENTOS

Para qualquer questão poderá ser enviado um e-mail para frefojosouteiropainzela@hotmail.com.

Artigo 11.º

REVISÃO DAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO

As presentes Regras de Participação estão sujeitas a uma avaliação e revisão anual.

Artigo 12.º

FIXAÇÃO DE PRAZOS

Todos os prazos, seja para apresentação de propostas, seja para a execução das mesmas, serão definidos posteriormente e serão publicados nos edifícios da Junta e no facebook.

